

A criação do indivíduo empreendedor: uma crítica a Amartya Sen¹

Rubens R. Sawaya
Professor do Departamento de Economia da PUC-SP
2020

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar como Amartya Sen recupera a lógica liberal smithiana centrada no indivíduo a fim apresentar o desenvolvimento como resultado da ação empreendedora individual. Afirma que este só é possível pelas mãos de indivíduos das privações básicas que lhes suprime as capacidades e as oportunidades para levarem a vida que lhes convém. Retira a ação do Estado do centro das políticas de desenvolvimento para colocá-lo apenas como organizador do ambiente para a ação individual. Argumenta-se no artigo que, apesar de louvável e necessária, a ideia de eliminar privações individuais não resolve o problema da inserção no indivíduo num mundo regido pela acumulação de capital e por grandes corporações, muito distante do mundo, imaginado por Smith de indivíduos que produzem e trocam seus trabalhos privados em um mercado livre. No capitalismo, desenvolvimento nunca foi o resultado da ação empreendedora de indivíduos isolados, mesmo que lhes sejam supridas suas necessidades básicas.

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros...” (Foucault, 1981:12)

Introdução

Amartya Sen, ganhador de prêmio Nobel, tem sido citado por diversos estudiosos do desenvolvimento. Suas idéias foram incorporadas nas classificações e cálculos que definem os países em termos de desenvolvimento. A partir de sua contribuição foram incluídos indicadores sociais nos padrões de classificação dos países que resultou na criação do IDH – índice de Desenvolvimento Humano. Quando se toma o World Development Report de 2000-

¹ Trata-se de uma nova versão baseada no artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos, realizado entre 28 e 31 de junho de 2002, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR.

01 “Attacking Poverty” pode-se ver claramente o emprego de seus conceitos nos próprios títulos dos capítulos.

Isso foi indiscutivelmente um grande avanço ao alterar os indicadores de desenvolvimento que contemplavam apenas a renda per capita do país, um indicador que nada demonstra em termos de distribuição dos benefícios para a população e melhoria das condições de vida. Sen propôs um conceito mais amplo para medir desenvolvimento, um conceito que havia sido deixado de lado² em detrimento exclusivo das teorias do crescimento econômico bem resumidas em “Economic Growth” de Robert Barro que eram, em geral, as únicas bases para os programas neoliberais aplicados aos países periféricos.

A nova forma de se medir o desenvolvimento de Sen levou órgãos como Banco Mundial a repensar suas políticas de apoio ao desenvolvimento em todo mundo depois de anos, durante os anos 1980, focado em políticas de ajuste macroeconômico. Nos anos 1980 o Banco Mundial já havia abandonado o foco o planejamento de Estado que caracterizou o pós-guerra como forma de promover o desenvolvimento. Com Sen, passaram a centrar suas atenções um pouco mais nas estatísticas sociais para além das de crescimento econômico e renda, mas longe da ação direta do Estado sobre a economia. Esse foco no aspecto social tem como base a compreensão de que crescimento econômico sem desenvolvimento social não se reflete em desenvolvimento real.

Com este texto se procura discutir quais são as bases lógicas dessas idéias para se verificar o que lhe dá substância teórica. O objetivo é levantar alguns de seus fundamentos de forma crítica tentando mostrar até que ponto o Desenvolvimento com Liberdade é inovador, ingênuo ou simplesmente contribui para inserir elementos novos na lógica tradicional do individualismo como eixo do desenvolvimento. E como serve também para desviar a discussão sobre a ação concreta e direta do Estado sobre as políticas de crescimento e desenvolvimento.

² Um tradicional manual sobre desenvolvimento denominado “Leading Issues in Economic Development” escrito por Gerald M. Meier em 1964 (1ª edição) conceituava assim desenvolvimento: “national development is a term that encompasses, at a minimum, social and political development, as well as economic development, in the building of national identity” (4ª edição, 1984 - Oxford).

Fazendo uma leitura de “Desenvolvimento com Liberdade” e “Desigualdade Reexaminada” parece ficar claro que a perspectiva social que penetrou instituições como Banco Mundial em pouco ou quase nada alteram a lógica teórica que há anos está enraizada nesse órgão. Constitui sim, deve ser reconhecido, um avanço à época no sentido de defender como necessário políticas públicas sociais para se promover o desenvolvimento. Isso em si é um grande avanço diante dos modelos estéreis que deixavam todas as soluções dos problemas, inclusive sociais, nas mãos dos mercados. Apesar disso, olhado-se com mais profundidade, vê-se que a lógica teórica de Sen vem, ao gosto do freguês, reafirmar a infalibilidade dos mercados, precisando este apenas de ajustes sobre fatores externos a ele para que seja garantido seu perfeito funcionamento fundado no individualismo, em sujeitos empoderados, imaginando um capitalismo baseado na ação de indivíduos empreendedores.

O principal motivo para essas ações externas está no fato de ter sido reconhecido que os agentes, nas economias modernas, não são iguais em sua base. Mas não são iguais em termos de quê? Para quem pensa que o problema da desigualdade está na tradicional tese de Marx sustentado-se na distribuição desigual de propriedade, na qual uns são proprietários do capital e outros apenas de si mesmos, engana-se. O autor passa muito longe disso. Para o autor, a desigualdade em nenhum momento aparece como resultado do processo de acumulação de capital sob o poder da grande corporação, nem tampouco está relacionada a esse contexto.

A concepção de desigualdade do autor reside na desigualdade “de partida”, de oportunidades, pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado fundada na ausência de condições iguais básicas de existência (acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentos, etc.), elementos que devem ser fornecidos de forma igual para os indivíduos empiricamente tão diversos, como afirma Sen. Esta é a base para a constituição dessas ‘liberdades’ (por exemplo, liberar o indivíduo da fome) que seriam capazes de dar às pessoas sua “condição de agente” a fim de permitir que possam atuar livremente, como empreendedores, constituindo, dessa forma, seu futuro como quiserem, fomentando o desenvolvimento. A lógica, afirmada pelo próprio autor em diversas passagens (Sen, 2000:333-334), baseia-se no liberalismo clássico de Adam Smith.

Portanto, toda a lógica teórica de Sen caminha no sentido da lógica de liberdade do indivíduo isolado em sua própria condição de existência, reafirmando a tradicional concepção Smithiana em acordo com o moderno individualismo. Para Smith o homem econômico tem uma personalidade dual e, como agente econômico (conceito mais amplo quando relacionado à microeconomia fundado apenas no egoísmo), livre, define o perfeito funcionamento dos mercados, local onde os indivíduos trocam seus trabalhos particulares, transformando o interesse egoísta individual em benefício social, seu lado altruísta. Dar condição de existência básica a esse homem econômico é, portanto, a chave para a promoção do desenvolvimento via mercado de Sen.

Assim, é possível concluir, como o fazem os organismos multilaterais, que promovendo a igualdade de condições mínimas de partida, condições mínimas de existência, como livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, estariam dados os elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados. Assim estaria garantido o desenvolvimento pela constituição de empreendedores que sabem aproveitar as oportunidades. Desenvolvimento é o resultado de indivíduos aproveitando de forma criativa as oportunidades.

“O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (Sen, 2000: 10). ... Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros (Sen, 2000: 26).

O mérito

Ninguém poderia ser contra as tradicionais reivindicações básicas do provimento, pelo Estado, de saúde, educação, condições de moradia dignas, dentre outras. Diante da desumanidade natural do capitalismo como o conhecemos, essas são reivindicações mínimas para que pelo menos as pessoas possam existir. Por outro lado, como são elementos básicos que não são fornecidos naturalmente pelas regras de mercado, é muito clara a necessidade do

provimento desses elementos para a existência humana por parte dos Estados ou de organismos internacionais, com recursos oriundos da acumulação de capital, muitas vezes retirados à força de empresas que relutam em dar uma parte de seu excedente para isso e hoje criticam e fazem *lobby* político forte para acabar com o Estado do Bem Estar, muitas vezes impedindo os Estados nacionais de atuarem em prol da dignidade social mínima das pessoas.

Portanto ninguém de sã consciência poderia criticar Amartya Sen por suas posições no sentido de prover esses elementos que ele denomina como cerceadores da liberdade individual e que garantiriam aos indivíduos oportunidades e possibilidade de escolha, liberdade. É indiscutível que garantem um mínimo de cidadania em um mundo onde a existência social, pelo mercado, depende da participação dos indivíduos enquanto mercadoria. Essa reivindicação nada mais é do que a reafirmação, talvez esquecida em uma fase histórica de neoliberalismo radical atual, dos próprios direitos humanos – segundo o autor, são mais direitos morais do que jurídicos (Sen, 2000: cap. 10) – que pressupõe, no mínimo, a liberdade do indivíduo como propriedade de si mesmo, o direito à propriedade mínima, que lhe garante pelo menos as condições mínimas para dispor da única coisa que possui, si mesmo, com capacidade de, quem sabe, encontrar um preço no mercado para poder tornar-se alguém, ser incluído à sociedade.

Mas, por outro lado, quando se vê um autor defendendo princípios presos em uma concepção de natureza humana e a uma realidade concreta tão distante do mundo fundado por indivíduos, tem-se a impressão de que se está diante daquele tipo de ciência que “arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de premissas aceitas axiomáticamente, tudo o mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade” (Arent, 1996:523). Por isso, Sen acaba se tornando a base para o fim do desenvolvimento como ação concreta e planejamento via Estado para uma visão de política de desenvolvimento baseada no fornecimento de condições mínimas de existência que naturalmente criaria indivíduos empreendedores, onde se fundaria o desenvolvimento.

A propriedade privada

É interessante notar que em todo texto “Desenvolvimento como Liberdade” não se encontra qualquer discussão do autor sobre a propriedade privada (sobre os meios de produção), dando a impressão que ela é livre e o resultado da ação individual fundada em John Locke e seu sucessor Smith, resultado do trabalho individual. Para o autor, ela não é a base para compreensão da real desigualdade. Isso é decorrência da idéia que perpassa a lógica smithiana de simpatia, muito ressaltada por Sen, enquanto relação social que faz com que os indivíduos se relacionem no mercado a partir de seus trabalhos individuais. Dessa ideia deduz-se que cada indivíduo isolado leva ao mercado o fruto de seu trabalho, individual, a propriedade individual conquistada por seu próprio esforço (Smith, 1993: 41-50) e, na troca, a transforma em social, riqueza de todos. Isso significa dizer que Smith considera a propriedade, nessa passagem, algo fruto do trabalho individual, uma idéia oriunda de J. Locke que afirmava que o direito à propriedade advém do trabalho individual que cria essa propriedade e não da expropriação do trabalho alheio (Châtelet, 1994: 82). De qualquer forma existem outras passagens no próprio Smith que contradizem essa ideia e são responsáveis por inúmeras discussões posteriores, mas parecem não ter sido levadas em consideração por Sen. Um exemplo está na afirmação que, no capitalismo, o produto do trabalho não pertence todo ao trabalhador e que só era assim no pré-capitalismo (Smith, 1993: 77-79); ou mesmo a contradição que aparece na ideia de que riqueza é poder de comando sobre o trabalho alheio (Smith, 1993: 63-64).

Mas ao que tudo indica, Sen parece se fixar na idéia que mais lhe interessa e que fornece a lógica para sua concepção de “desenvolvimento com liberdade”, presa sempre ao indivíduo isolando como agente, claro, retomando o velho individualismo, mas que não entra em conflito com o novo individualismo que funda o neoliberalismo atual.

Assim, para Sen a propriedade privada não pode estar em discussão porque é algo dado, como se fosse algo natural, indiscutível, fruto da diversidade humana existente entre as pessoas que envolvem “características externas” como riquezas herdadas (a propriedade), o ambiente social e natural em que vivem, e as “características pessoais” como idade, sexo [gênero],

aptidões físicas e mentais (Sen, 2001: 29). Essas são para o autor diferenças dadas, o que significa que não há o que fazer quanto a elas e que não podem ser igualadas. A propriedade, portanto, é posta no mesmo nível do gênero: assim como uns nascem mulher, outros nascem proprietários. Além disso, para ele não importa se o indivíduo é proprietário do resultado do seu próprio trabalho, com imaginavam Smith e Locke, ou proprietário do trabalho alheio via controle do capital.

Deixar de lado a discussão sobre a propriedade do capital é não entrar na principal questão que cria, perpetua e radicaliza a desigualdade, a exclusão e o empobrecimento das pessoas. Nem o próprio Marx é contra ou põe em questão a conquista da propriedade por meio do próprio trabalho. Por isso, o problema da propriedade como causadora da exclusão e do empobrecimento de uma parte das pessoas não está ligado à posse de bens, mas ao controle do capital ou, ao controle sobre o valor criado, não pelo trabalho próprio, mas pelo trabalho alheio. Na verdade, o modo capitalista de produção nega a propriedade privada individual baseada no trabalho próprio, nega o conceito clássico de enriquecimento pelo próprio trabalho para afirmar o capital, materializado na grande empresa centralizada [e globalizada] como ente controlador do processo e dos indivíduos (Marx, 1983: livro III p.283). Isso está longe da crítica à propriedade privada como posse de bens, idéia ao gosto dos utilitaristas.

Por isso que Marx demonstra que a questão central não está relacionada à propriedade privada como propriedade sobre bens, mas a propriedade como elemento constitutivo da apropriação da vida humana, como alienação do homem a um outro, como tornar-se uma ser para outro e não para si. Por isso, como forma de emancipação humana, defende “a superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana...” (Marx, 1985: 9). Vê isso como único elemento constitutivo da liberdade.

Assim, não tocar na questão da propriedade é não tocar no cerne do problema da desigualdade e também da pobreza. Torna fácil acreditar que o desenvolvimento é exclusivamente fruto do trabalho individual, de empreendedores livres, trabalho escolhido por cada um dos agentes no mercado de acordo com suas aptidões desenvolvidas dadas as condições básicas, liberdades substantivas, para seu desenvolvimento.

Talvez essas conclusões sejam fruto da ingenuidade do autor, talvez seja resultado de uma relutância em olhar para a realidade de um mundo hoje claramente regido por grandes corporações que tornam a liberdade de indivíduos isolados uma mera teoria de laboratório. Ou talvez esteja ligada á possibilidade de existência de uma economia isolada da “globalização”, uma economia de aldeia bem ao gosto de um pré-capitalismo, à qual muitos adeptos de algumas teorias do desenvolvimento local têm defendido.

O fato concreto é que essa forma de pensar tomou conta das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial sob o tema de “eliminação da pobreza” pela criação de bases de partida via políticas sociais focadas na construção de indivíduos empreendedores. Na verdade, funcionou como uma forte crítica ao planejamento e a ação do Estado para o desenvolvimento, fundamento ideológico da ação pública no pós-guerra.

Igualdade de quê

Assim, sem o questionamento da propriedade sobre o trabalho alheio como elemento constitutivo da diferença entre as pessoas no capitalismo, dada a “diversidade generalizada entre os seres humanos” apontada por Sen, para ele só é possível buscar a igualdade em termos individuais nos elementos mais básico, do indivíduo enquanto ser isolado das reais relações sociais que o torna diferente. Assim cria o conceito de “liberdades substantivas” como elemento central da igualdade.

“As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc.” (Sen, 2000:52).

Mas ainda resta um ponto. Por que não se buscar a igualdade entre as pessoas pela renda, por uma distribuição igualitária de ingressos? Para Sen essa concepção de igualdade tem gerado grandes problemas, em parte, porque imagina sua impossibilidade empírica, dado que supõe que as pessoas são diferentes e tem habilidades diferentes e, portanto, não podem ter rendas iguais. De outra parte, por imaginar que não é, muitas vezes, o objetivo das pessoas ter o

mesmo nível de renda de outros. Isso é quase como dizer que as pessoas livres podem escolher serem pobres.

Para ele, a concepção de igualdade pela renda é uma falha do raciocínio utilitarista que imagina que “(1) o bem estar social deva ser uma função em última análise das rendas, e (2) o bem estar social deva ser maximizado por meio de uma distribuição igual de rendas, dada a renda total.” Afirma que “esses pressupostos são questionáveis” porque “não deixam espaço para variações interpessoais substanciais na conversão de rendas individuais em bem estar individual” (Sen, 2001:158-159). Para o autor, o ser humano busca outras coisas em sua vida além da maximização de sua satisfação a partir de uma cesta de bens; busca outros valores que não exclusivamente a utilidade, ligado apenas ao aspecto egoísta da natureza humana (Sen, 2001:108-109). O homem também busca a realização de coisas para as quais dá valor (como a independência política de seu país, a eliminação da fome) bem como a realização de coisas produzidas por seus próprios esforços (como ser parte ativa da produção) (2001:105).

De certa forma, isso deixa claro que Sen está criticando o fundamento da natureza humana exclusivo no egoísmo dos utilitaristas a partir da recuperação do dualismo psicológico smithiano, segundo o qual o homem é egoísta – quer riqueza para si e por isso trabalha – e altruísta – deseja o bem de todos (Smith, 1999: sétima parte). Assim não basta o fornecimento de bens/renda para a verdadeira liberdade humana e para a promoção do desenvolvimento como manifestação dessa liberdade. A verdadeira liberdade que é buscada é a “liberdade de condição de agente”, baseada em “liberdades substantivas” que cria oportunidade para “melhora do potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais no processo de desenvolvimento” (Sen, 2000:33 e 2001:103). Por isso, bastaria melhorar os fatores que constituem a base dessa liberdade como o fornecimento de saúde, educação, etc. para afirmação dessa “condição de agente”. O importante são “as liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar, ..., liberdade para ter estilos de vida diversos” (2000:94-95).

Assim, argumenta, não basta prover renda. Renda exclusivamente não leva à expansão das capacidades sem as quais não existe a possibilidade do exercício da liberdade básica para o desenvolvimento (Sen, 2001:114), o empreendedorismo. Critica, por exemplo o seguro desemprego que permite que as pessoas tenham renda, mas não permite que elas tenham liberdade para escolher a melhor atividade que lhes convier, como se isso fosse possível a um desempregado desprovido de meios de produção concentrado nas mãos de poucos.

“A medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se em um guia para privação e desvantagem. ... Assim, é importante levar em conta ... a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes ... pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade” (Sen, 2000:82).

Com isso fica clara a posição do autor. Seu ponto de partida para sua lógica teórica é o indivíduo munido de elementos básicos que lhe permitem agir em prol de seu interesse e do interesse da coletividade. Este é o cerne de sua concepção de igualdade. Esse indivíduo está apto a evitar a pobreza dado que se tona agente de seu destino, está livre para agir como deseja, para decidir onde trabalhar, o que produzir, o que consumir. Assim, o centro da argumentação está no poder de escolha do indivíduo que, dadas determinadas condições básicas, é livre para definir seu destino como lhe convier. O valor para o autor está no poder de escolha que independe dos objetos úteis que o indivíduo possui. O desenvolvimento seria uma consequência direta dessa “liberdade”.

Isso tem pelo menos uma implicação importante. Com essa crítica Sen praticamente torna descartável a necessidade de igualdade de rendas entre indivíduos. Portanto a distribuição das rendas não é um fim que deva ser almejado quando o objetivo é o desenvolvimento. Além disso, para ele são pessoas que decidem que bens/renda desejam para si: uns podem querer muito e outros pouco, uns podem estar felizes com determinadas coisas e outros com outras.

“Dada a diversidade interpessoal ... o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto, as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes

importantes do bem estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar” (Sen, 2000:101).

As pessoas podem ser pobres e felizes. Mais que isso, os pobres podem assim ser por sua livre vontade, devido as coisas que valorizam, se a pessoa tem acesso à comida elas podem escolher passar fome (Sen, 2000:92).

Além disso, o problema da pobreza ou riqueza está relacionado à fatores tidos como externos ao funcionamento do capitalismo que poderiam facilmente ser resolvidos através de políticas específicas. Aí entram em ação as políticas do Banco Mundial que durante anos atuaram no provimento de capacidades. Bastaria dar aos indivíduos condições básicas iguais para que eles exerçam com liberdade seu papel de homem econômico (ampliado); basta livrá-lo das “fontes de privação” que lhe tolhe as oportunidades como a “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. No fim, justifica o fim da intervenção do Estado na atividade econômica. Assim, bastaria uma ação política de assistência pública eficiente, básica, para por fim ao drama do ‘subdesenvolvimento’³ deixando implícita a ideia de que os países pobres vivem nessa condição porque são atrasados e não criaram condições para o pleno exercício da liberdade humana; está presente a idéia de que bastam programas dirigidos a esses problemas para resolver a questão do desenvolvimento nos países pobres atrasados que não deixam, por essas carências, florescer o empreendedorismo.

Sua estrutura de pensamento nos conduz a pensar que o abandono do homem ao estado de pré-cidadão é decorrente de fatores externos ao funcionamento do capitalismo que podem ser reparados para tornar o capitalismo um sistema de real exercício da liberdade humana, focada na idéia de oportunidade de ser rico ou pobre, de dispor dos bens conforme seus desejos individuais, em um mercado livre, de indivíduos com igualdades básicas mas fortes desigualdades econômicas.

³ Neste caso, realmente ligado à ideia de atraso.

Livre mercado

Assim como Sen passa ao largo da questão sobre a propriedade, também não existe menção em sua obra à monopólios, oligopólios, poder de mercado ou, o que seria mais difícil esperar, de processo de concentração e centralização de capital. A impressão que se tem é de estar tratando de outro mundo, onde não existem grandes corporações que dominam mercados no mundo inteiro e definem, muitas vezes, até as políticas econômicas dos países.

Aparentemente o autor deixa-se remeter ao ambiente imaginado por Smith (que não era real nem à época), do final do século XVIII, de um mercado composto de indivíduos iguais que se encontram pela necessidade do exercício social da “simpatia”, trocando o produto de seu trabalho pelo trabalho dos outros, ampliando sua riqueza bem como a dos outros pela divisão social do trabalho (Smith, 1983:50-51). Mas Sen deixa de lado que o próprio Smith condenava de forma radical os monopólios. Atém-se ao ideal dele: um mercado composto por pequenos compradores e vendedores (Korten, 1995:93).

Em sua defesa do livre mercado afirma que “... existem muitas evidências empíricas de que o sistema de mercado pode impulsionar o crescimento econômico rápido e a expansão do padrão de vida”. Mas existem problemas, “políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restringir a expansão das liberdades substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado...” (Sen, 2000:41). Aqui sua aproximação ao neoliberalismo torna-se mais latente.

Mas essas imperfeições nos mercados seriam elementos externos ao seu funcionamento e que devem ser combatidos. Existem restrições que impedem seu perfeito funcionamento, mas que para Sen, são como um dos tipos que Smith abnegava, do tipo pré-capitalista, envolvendo proibição de tipos de comércio, proteções, influência política visando ganho econômico (Sen, 2000:146-147 e 149). Portanto, são elementos externos, normalmente oriundos ainda de políticas de governo erradas e interferência que estragam a perfeição pretendida nos mercados livres.

De qualquer forma, dentro da lógica de Sen, o perfeito funcionamento dos mercados depende de os indivíduos que dele participam terem, de saída, certa igualdade de condições como agentes autônomos. No contexto de liberdades substantivas que criam oportunidades, só liberdade de mercado não é suficiente para o desenvolvimento. O livre funcionamento dos mercados depende do desenvolvimento das oportunidades sociais, depende de que todos os seus participantes tenham as condições básicas de existência garantidas para o aproveitamento dessas oportunidades. Afirma que “os abrangentes poderes dos mecanismos de mercado têm que ser suplementados com a criação de oportunidades sociais básicas para a equidade e justiça social” (Sen, 2000:170). Para isso, defende a intervenção pública na provisão de educação básica, assistência médica elementar ... (Sen, 2000:169). Para ele os indivíduos só podem aproveitar as oportunidades em uma economia de indivíduos livres, com suas liberdades substantivas garantidas e em um mercado livre.

É interessante que suas idéias enquanto uma exposição lógica, apartadas da realidade concreta de um mundo dominado por poderes garantidos pelos tipos de propriedade e de controle que delas resultam, têm uma lógica singela, mas agradável aos ouvidos. Afinal, defende um mundo que todos gostariam que existisse, um mundo de iguais, apesar de seu conceito de igualdade ser mais uma justificção para a existência de desigualdade de propriedade e renda, dado que ela é, até certo ponto, inata.

Assim, a idéia de mercado livre impõe, como ele próprio admite, que todos que participam dele sejam iguais “de partida”. Mas como não considera a desigualdade presente nas diferentes coisas que cada um dos que participam desse mercado tem para vender – uns vendem o trabalho alheio e outros sua força de trabalho – não pode enxergar nenhuma troca desigual nessa relação, o que desfaria toda a aureola de mercado perfeito. Afinal, para Smith, o que os indivíduos trocavam no mercado era seu trabalho e não sua força de trabalho, duas coisas bem diferentes que, na forma como se relacionam, dão origem ao lucro, o que o próprio Smith chega perto de perceber quando diz que todo o produto é fruto do trabalho humano e não consegue dar uma explicação plausível para o lucro (Napoleoni, 1983:61-62).

Qual Desenvolvimento?

O desenvolvimento baseado na hipótese da eliminação das privações e criação de oportunidades que podem ser desfrutadas no mercado continua, pela própria lógica de raciocínio, apostando no livre mercado como “instituição” principal do desenvolvimento, onde as oportunidades surgem naturalmente, dado o conjunto de liberdades básicas.

Assim, a eliminação da pobreza – pobreza esta vista por Sen como o resultado de um “acoplamento de desvantagens” que reduzem o potencial humano e priva-o de suas capacidades – pode ser resolvida, segundo Sen, pela criação de um círculo virtuoso que quebrassem esse acoplamento de desvantagens. “Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (Sen, 2000:113). Essa é a fórmula para o rompimento com o ciclo e o resultado é ‘certamente’ o desenvolvimento no sentido de permitir às pessoas levar a vida da forma que melhor julgarem.

A ideia é que o próprio movimento do indivíduo, a partir do aproveitamento de oportunidades existentes ou criadas por ele mesmo, gera o desenvolvimento, o empreendedor. É como se cada um pudesse ou tivesse, quando livre de privações, possibilidade de criar ou inventar um negócio para si e pudesse, se assim desejar, tornar-se um empresário, ou no mínimo, um empresário de si mesmo, escolhendo o melhor trabalho que serve às suas características pessoais, podendo ser filósofo ou carregador (Smith, 1983:51 – citado pelo próprio Sen) como desejar.

Então, fornecendo as liberdades substantivas básicas, um país subdesenvolvido nada mais precisaria fazer a não ser garantir o livre mercado e a abertura da economia o máximo possível. Políticas desenvolvimentistas de países que tradicionalmente definem estratégias para lidar com mercados desiguais para industrializar-se, ganhar competitividade, conquistar nichos específicos, proteger sua produção de grandes grupos internacionais, nada disso tem lugar nessa lógica e justificará a crítica ao “Estado Planejador” do pós-guerra pelo Banco

Mundial. E, de fato, apesar de Sen não tocar nesses aspectos, olhando-se os relatórios recentes do Banco Mundial, essas estratégias quando não puramente descartadas como prejudiciais ao livre mercado, não são nem comentadas nos relatórios após 2000, valendo para a macroeconomia dos países, na verdade periféricos, as teorias de crescimento dos livros textos como em Barro (1995). A culpa pelo subdesenvolvimento acaba sendo dos governos corruptos ou ineficientes desses países. Mas o Banco Mundial e o FMI estarão sempre dispostos a ajudá-los a sair do ‘atraso’ com políticas “focadas”. No fim, como os Estados são corruptos, defenderão que se entregue essas políticas às ONGs privadas.

Liberdade de quê?

Existe no próprio Sen uma discussão sobre a liberdade que defende. Ele mesmo afirma que “a noção de liberdade como poder efetivo para realizar o que se escolherá é uma parte importante da idéia geral de liberdade” (Sen, 2001:118). Assim, a liberdade de escolha, não de um pacote de bens, mas do próprio destino pessoal, é a liberdade mais importante e depende de condições básicas de existência. Prover essa liberdade ‘mínima’ é para ele a forma de obter as capacidades para poder ter a possibilidade de escolha.

Essa liberdade está circunscrita ao âmbito do indivíduo isolado, mas seria garantida sua extensão a todos os outros indivíduos, uma vez livre e estabelecido os mecanismos de mercado. Assim, a liberdade individual se torna geral; ou como apresentava Smith, a partir da relação social no mercado, a riqueza individual se torna riqueza geral, ampliando a riqueza de todos (princípio originário da divisão do trabalho).

Dessa forma, o importante são “as liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar, ..., liberdade para estilos de vida diferentes” (Sen, 2000:94-95). Em complemento, os mecanismos de mercado garantem “...a liberdade das pessoas de agir como desejassem ao decidir onde trabalhar, o que produzir, o que consumir etc.” (Sen, 2000:42).

Seu conceito de liberdade é, portanto, o poder de escolha individual, supondo que, fora as privações, elementos externos, todas as outras possibilidades estão abertas aos seres humanos. Ele pode tornar-se filósofo ou carregador, como lhe convier, como colocava Smith.

Para conseguir justificar esse conceito de liberdade é necessário, para Sem, imaginar um mundo específico, onde a realização desse tipo de liberdade seja possível. Assim, imagina um mundo onde o poder está nas pessoas e não nas grandes empresas ou governos, onde o poder não está no capital enquanto relação social, mas, exclusivamente, no indivíduo residente em um mundo em que não se passaram, pelo menos, 200 anos história (Smith escreveu *A Riqueza das Nações* no final do século XVIII).

A questão que se coloca é como pensar essa possibilidade de liberdade, a de escolha, que depende do funcionamento do capitalismo. A outra liberdade, a liberdade substantiva, não pode entrar nessa discussão dado que, mesmo para Sen ela deve ser garantida ou fornecida a partir do aparato do Estado (Sen, 2000:71), portanto não depende do funcionamento do sistema. Claro, é possível ver que a falta de liberdade está relacionada ao processo de acumulação de capital, mas isso é outra questão, não discutida por ele.

Assim a questão é a liberdade de escolha, base da “condição de agente”. Ora, o capitalismo nunca teve seu funcionamento baseado na liberdade de sujeitos iguais trocadores de seus trabalhos individuais. O fundamento do capitalismo é o processo de acumulação de capital que não está relacionado à troca mercantil, mas à troca capitalista de dinheiro por trabalho produtor de valor e de mercadorias. É dessa troca que nasce o excedente em valor (mais valia) que é apropriado para benefício do próprio processo de acumulação de capital, excedente esse que tem sua existência na forma de valor e não na forma de bens, excedente que surge do processo de produção e não é apropriado por indivíduos, mas pelo próprio capital materializado na forma de grandes grupos econômicos (Marx I, 1980:187). É dessa relação que surge a desigualdade, do poder de comando sobre o trabalho alheio⁴, origem da riqueza enquanto valor.

⁴ É interessante notar que esse é o conceito de riqueza formulado por Smith “Sua fortuna é maior ou menor exatamente na proporção da extensão desse poder; ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio ... que esse poder lhe dá condições de compra ou comandar” (Smith, 1983:64).

Isso significa dizer que quem tem o poder sobre a riqueza, não é o indivíduo isolado, mas o capital – que se materializam em grandes corporações – que se apropria da riqueza produzida pelo trabalho. O indivíduo isolado pode, quando muito, tornar-se representante desse capital, se for aceito e contratado para tal. Claro que se a realidade do capitalismo resultado da ação de pequenos proprietários que ganham dinheiro com seu próprio negócio, a partir de seu próprio trabalho, a lógica de Sen teria um lugar para o debate. Mas o capitalismo não é um modo de produção baseado no trabalho próprio, individual, mas na compra do trabalho alheio, na extração e controle sobre o valor criado pelo trabalho alheio. E isso ganha força quanto mais se desenvolve o sistema capitalista no sentido de sua concentração e centralização materializada nas grandes empresas globais, o que está muito longe do produtor individual isolado.

Nesse contexto, aos indivíduos isolados só resta a alternativa de se integrar ao sistema, ao processo de acumulação de capital. E para isso precisam dispor do que têm, sendo que a maioria só tem a si mesmo e, ao contrário do imaginado por Smith, cada vez mais pessoas só têm a si mesmo, dado que o próprio processo de acumulação de capital, além de expropriar o trabalhador, expropria o próprio capitalista em processos de fusões, aquisições ou mesmo eliminação de concorrentes (Marx III, 1980:283). Isso significa dizer que a única forma de existência social que resta às pessoas é a venda de sua força de trabalho, o que, nesses termos, deixa de ser um ato de liberdade para tornar-se uma necessidade, sob o risco de deixar de ser social, ser que se relaciona pelo que possui, pelo seu trabalho, idéia que não é de modo algum estranha a Smith.

Portanto, para existir, as pessoas precisam de emprego que lhes é fornecido pelo capital. Mas, não é o objetivo do capital criar ou fornecer trabalho às pessoas. Como seu objetivo é a própria acumulação e para ele o trabalho é um custo, está constantemente expulsando trabalho do processo produção, criando excluídos e pobres, a verdadeira origem da pobreza. Liberdade de escolher que trabalho?

Apesar da tentativa de Sen em afirmar que as pessoas são regidas por desejos maiores do que a posse de coisas, o capital, ao contrário, transforma cada vez mais as pessoas em coisas, inclusive descartando-as quando não necessárias, não dando valor às pessoas mesmo enquanto coisas. Apesar de Sen ter razão ao afirmar que os desejos humanos são maiores, no capitalismo as pessoas só valem pelo que tem para vender, ainda como só são o que têm e não o que querem.

Por isso que Marx afirma que a verdadeira superação desse estado de coisas é a “superação positiva da propriedade privada, isto é, a apropriação sensível pelo homem e para o homem da essência da vida humana”, o que significa “o homem apropriar-se do seu ser global de forma global”, isto é, como um homem total. Cada uma de suas relações com o mundo – ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar – em resumo, todos os órgãos de sua individualidade, como órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma⁵, são em seu comportamento objetivo, em seu comportamento para com o objeto, a apropriação deste. A apropriação da efetividade humana. A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que o objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós... Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais, apareceu assim a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido do ter. O ser humano teve que ser reduzido a essa absoluta pobreza.... (Marx, 1985:10-11).

Conclusão

É indiscutível os benefícios da solução dos problemas básicos das pessoas, principalmente as mais pobres, para melhorar a sociedade capitalista. Saúde, educação, moradia digna, alimento para evitar a fome são elementos essenciais, ainda mais em uma sociedade que cria problemas que não são passíveis de solução via mercado. Dar a possibilidade de existência social para aqueles que são excluídos, e uma existência enquanto cidadão participante da sociedade e não enquanto um pária que vive da bondade alheia é também importante.

⁵ Dependem da relação com outros indivíduos igualmente livres para materializarem-se.

O autor aponta, e tem razão, em alguns aspectos importantes. Dar as condições mínimas de existência às pessoas – que não pensam nada além do que em suas privações e necessidades, que têm fome e por isso não conseguem pensar em outra coisa – é criar a possibilidade de transformá-las para que se tornem pessoas capazes de interferir em seu próprio destino, principalmente se elas conseguirem o suficiente para ter uma real compreensão do funcionamento do mundo em que vivem.

Assim, quem sabe, elas teriam o mínimo para lutar por um modo de produção menos excludente, que as considere como pessoas sensíveis e não como objeto apropriável por outros – obrigadas a se alienar à outro para garantir sua existência social –, e que lhes dê liberdade no sentido amplo de permitir o “gozo humano”, libertando os sentidos da necessidade prática (Marx, 1985:12), uma liberdade real e não uma liberdade mínima como a defendida por Sen. Essa ‘liberdade’ defendida por ele no fundo não passa de um direito básico inalienável do cidadão criado nos tempos em que se imaginava o capitalismo um modo de produção libertador, como imaginava Smith. O capitalismo foi libertador, mas da servidão, da escravidão e da tirania. Hoje a questão é a libertação do totalitarismo de um falso mercado tido como justo.

Bibliografia Citada

- ARENT, H (1996) *Origens do Totalitarismo*. Companhia das Letras, São Paulo-SP.
- BARRO, R.J. (1995) *Economic Growth*. MacGraw-Hill, New York.
- CHÂTELET, F. (1994) *Uma História da Razão*. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ.
- FOUCAULT, M. (1981) *Microfísica do Poder*. Graal, Rio de Janeiro-RJ
- KORTEN, D.C. (1995) *Quando as Corporações Regem o Mundo*. Futura, São Paulo SP.
- MARX, K. (1980). *O Capital – livros I, II e III*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ.
- MARX, K. (1985). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Abril Cultural, São Paulo-SP.
- MEIER, G. M. (1984) *Leading Issues in Economic Development*, Oxford University Press, New York.
- NAPOLEONI, C. (1983). *Smith, Ricardo, Marx*, Graal, Rio de Janeiro-RJ.

SEN, A. (2000) Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, São Paulo-SP

SEN, A. (2001) Desigualdade Reexaminada. Record, Rio de Janeiro-RJ.

SMITH, A. (1983). A Riqueza das Nações – vol I e II, Abril Cultural, São Paulo-SP.

SMITH, A. (1999). Teoria dos Sentimentos Morais, Martins Fontes, São Paulo-SP.

WORLD BANK (2000) World Development Report 2000/2001 – Attacking Poverty, Oxford University Press, New York.